

Ministério vai criar sistema de controle

BRASÍLIA — Pelos cálculos — modestos — do governo, 5% dos recursos federais aplicados em assistência médica no Brasil são desviados por fraude. Isso corresponde a R\$ 360 milhões dos R\$ 7,2 bilhões gastos em 96. Para garantir a correta aplicação das verbas, além das conhecidas Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs), o Ministério da Saúde vai criar em março um modelo similar para controle dos chamados procedimentos de alta complexidade, que incluem as hemodiálises, transfusões e quimioterapias de câncer.

As Autorizações de Procedimentos de Alta Complexidade (Apacs) são um conjunto de documentos com o objetivo de assegurar que o paciente existe e está recebendo o tratamento previsto dentro do limite estabelecido.

O processo se inicia com o laudo médico, que indica o tratamento e serve de base para a emissão de uma Apac pela Secretaria de Saúde. Válida por um mês, na Apac vão constar todas as informações do paciente e do hospital. A clínica precisará recolher ainda a assinatura do doente por meio de uma espécie de "folha de ponto". Com todas as informações e a conta apresentada, a secretaria remeterá ao ministério o valor da dívida. O sistema controlará gastos anuais estimados em R\$ 1 bilhão, segundo o secretário de Assistência à Saúde, Eduardo Levicovitz.